



# Anais da Assembléia

Nº 54

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 09 DE MAIO DE 1994

ANO XX

## MESA DIRETORA

**ORLANDO PESSUTI**  
Presidente - PMDB

**HERMAS EURIDES BRANDÃO**  
1º Vice-Presidente - PTB

**GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO**  
2º Vice-Presidente - PP

**ANIBAL KHURY**  
1º Secretário - PTB

**DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO**  
2º Secretário - PP

**BASÍLIO ZANUSSO**  
3º Secretário - PFL

**CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI**  
4º Secretário - PSDB

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## LIDERANÇAS

PMDB - Governo ..... Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR  
PFL ..... Deputado NELSON GARCIA  
PDT ..... Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA  
PTB ..... Deputado ERONDY SILVÉRIO  
PSDB ..... Deputado HEINZ GEORG HERWIG  
PT ..... Deputado OVÍDIO JOSÉ CONSTANTINO  
PL ..... Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO  
PP ..... Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA

## REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

**PMDB** – 12: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - José Afonso Júnior - José Durval Mattos do Amaral - José Tavares da Silva Neto - Luiz Carlos Cafo Quintana; **Suplentes:** Eurides Moura - Oswaldo Trevisan - Luiz Henrique Bona Turra - Nereu Alves de Moura - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP** – 11: João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Júlio Bifon - Antônio Costenaro Neto - Antônio Martins Annibelli - Dullio Genari; **PFL** – 05: Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia - Carlos Xavier Simões; **Suplentes:** Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppe Filho; **PDT** – 07: Algaci Ormário Túlio - Emilia de Salles Belinati - Paulo Maia de Oliveira - Namir Alcides Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins - Valdir Luiz Rossoni; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mário Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PSDB** – 03: Alceu Antônio Swarowski - Heinz Georg Herwig - Cezar Augusto Carollo Silvestri; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PTB** – 12: Erondy Silvério - Anibal Khury - Ademar Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca - Lourenço Fregonese - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Hermas Eurides Brandão - Luiz Antonio Setti - Nilton César Servo; **Suplente:** Geraldo Atsumi Yamada; **PT** – 03: Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Pérides de H. Mello; **PL** – 01: José Colombino Grassano; **Suplentes:** Deivino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha.

4.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 39.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 09 DE MAIO DE 1994.  
(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Orlando Pessuti, secretariada pelos Srs. Deputados Luiz Carlos Zuk e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Costenaro Neto, Arlindo Troian, Caio Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Doutor Rosinha, Durval Amaral, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Elío Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Afonso Júnior, José Arthur Ritti, José Tavares, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Mário Bezerra, Namiir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix, Toti Colaço e Rossoni (49). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Geraldo Cartário, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Domingos Carvalho e Nilton Servo (05).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura das Atas das Sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Mensagem:

MENSAGEM Nº 040/94

Curitiba, 03 de maio de 1994.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva alterar a redação do parágrafo único, do art. 5º, da Lei nº 10.066, de 27 de julho de 1992.

A referida Lei nº 10.066/92, dispõe

sobre a criação da Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA e do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, este, como entidade autárquica, vinculada àquela Pasta, tendo, a alteração de redação ora proposta a finalidade de definir, como sede e foro da mencionada autarquia, o Município e Comarca de Piraquara.

O plano de lei ora proposto consulta aos superiores interesses da Administração e da Coletividade, eis que no Município de Piraquara, o Instituto Ambiental do Paraná ficará sediado nas espaçosas instalações que lhes serão destinadas em prédio público em fase final de reforma e ampliação, onde, evidentemente, terá melhores condições no sentido do plano de desempenho de suas finalidades, considerando-se, ainda, a pequena distância entre a Capital do Estado e aquele município, cuja importância, no plano ambiental e de recursos hídricos, é indiscutivelmente reconhecida, mormente em razão da sua destacada posição como principal fornecedor d'água para a Região Metropolitana de Curitiba.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA  
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - O parágrafo único, do art. 5º, da Lei nº 10.066, de 27 de julho de 1992, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Parágrafo Único - A autarquia de que trata este artigo terá sede e foro no Município de Piraquara e jurisdição em todo o território do Estado do Paraná."

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Diretoria Legislativa.

Offícios:

Sob o nº 0544/94, do Sr. João Carlos Cascaes, Diretor-Presidente da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, apresentando Declaração de Bens e Direitos de seu patrimônio, conforme Lei Estadual nº 10.535, de 30.11.93. Ao Conhecimento da Casa.

Sob o nº 0547/94, do Sr. Ronald Thadeu Ravedutti, Diretor Econômico-Financeiro da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, responsável também pela função de Relações com o Mercado, apresenta Declaração de Bens e direitos de seu patrimônio. Ao Conhecimento da Casa.

Sob o nº 0559/94, do Sr. Raul Munhoz

Neto, Diretor de Engenharia e Construção da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, encaminhando Declaração de Bens e Direitos de seu patrimônio. Ao Conhecimento da Casa.

Sob o nº 0553/94, do Sr. José Ivan Morozowski, Diretor de Operação da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, apresentando Declaração de Bens e Direitos que constituem seu patrimônio. Ao Conhecimento da Casa.

Sob o nº 0550/94, do Sr. Gino Azzolini Neto, Diretor Administrativo da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, encaminhando Declaração de Bens e Direitos de seu patrimônio. Ao Conhecimento da Casa.

Sob o nº 0618/94, do Sr. José Carlos Tibúrcio, Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, apresentando Declaração de Bens, conforme o disposto no Art. 1º, da Lei nº 10.535, de 30.11.93. Ao Conhecimento da Casa.

Sob o nº 101/94, do Sr. Carlos Alberto Bernini, Presidente em exercício da Empresa Paranaense de Classificação de Produtos - CLASPAR, encaminhando documentação referente a prestação de contas daquela Empresa, para o exercício de 1993. Ao Conhecimento da Casa.

Sob os nºs DTL/SAT/54, 55 e 56/94, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver sancionado os Projetos de Lei nºs:

**027/94:** De autoria do Deputado Cleiton Kielse Cristóvão que, declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Tapira, com sede e foro no Município de Tapira, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.746. Ante-se - Arquite-se.

**046/94:** De autoria do Deputado Nilton Barbosa que, declara de Utilidade Pública a Creche Criança Feliz do Município de Brasilândia do Sul, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.747. Ante-se - Arquite-se.

**051/94:** De autoria do Deputado Orlando Pessuti que, declara de Utilidade Pública Estadual, o Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Luar - ARLU, com sede e foro no Município de São João do Ivaí - PR., o qual convertido em Lei tomou o nº 10.748. Ao Conhecimento da Casa.

#### Requerimentos:

##### REQUERIMENTO Nº 1128

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência de acordo com o art. 182 e seguintes do Regimento Interno desta Casa, ao Projeto de Resolução nº

26/93, que cria a Comissão de Ciência e Tecnologia na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 09.05.94

(a) EMILIA BELINATI

##### REQUERIMENTO Nº 1103

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 09.05.94

(a) TOTI COLAÇO

##### REQUERIMENTO Nº 1119

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Antonio de Pádua, ocorrido em 05/05 passado (quinta-feira), no Município de Tibagi.

O extinto era casado com a Sra. Adelaide de Pádua, tinha uma filha. Ocupou a Presidência da Câmara de Tibagi, quando foi Vereador do Município, foi também vice-Prefeito da Cidade. Atualmente ocupava a Presidência do Partido Trabalhista Brasileiro, em Tibagi.

Requer, ainda, que da decisão desta Casa, seja oficiado à família enlutada, na residência da mesma, situada à Rua. Cel. Telêmaco Borba, 742, em Tibagi.

Sala das Sessões, em 09.05.94

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

##### REQUERIMENTO Nº 1120

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Vicente Borsato, ocorrido em 04.05 (quarta-feira) próximo passado, no Município de Ponta Grossa.

O extinto era casado com a Senhora Adélia Vizini Borsato, e tinha quatro filhos, Edson, Beatriz, Odicélia e Rosemari. Durante quase toda sua vida exerceu a profissão de comerciante, sendo muito respeitado por todos aqueles que com ele conviveram.

Requer, ainda, que da decisão desta Casa seja encaminhado ofício comunicando à família enlutada, na residência da mesma, à Av. Carlos Cavalcanti, 2943, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 09.05.94.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO N° 1109

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro em Ata dos trabalhos desta Sessão, de voto de congratulações e muito aplauso ao casal Eugênia e Evaldo Hannel, que completaram 55 anos de feliz união conjugal, renovando assim seu propósito de amor e fidelidade a Cristo. É um acontecimento muito importante e louvável, digno de merecer todo o nosso respeito e admiração. Foram 55 anos de respeito mútuo entre eles, trazendo alegria e união ao seu lar. Souberam ao longo desses anos cultivar o amor no casamento; sempre estiveram juntos, mantendo acesa a chama de amor que vem sendo mantida em reconhecimento da união de duas vidas em uma. Entendemos meritório este registro e nos somamos aos familiares e amigos do casal Eugênia e Evaldo Hannel na comemoração dos 55 anos de uma união bem estruturada e que serve de exemplo a todos nós.

Sala das Sessões, em 09.05.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1110

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que se faça o registro em Ata dos trabalhos desta Sessão, de voto de louvor e congratulações ao Senhor Vilmar de Andrade, popular Bugrão, eleito presidente da Associação dos Moradores da Vila Pinto, no último dia 1° de maio. Trata-se de um líder comunitário de excelentes princípios, destacado trabalhador, e que por dois anos estará à frente daquela tradicional associação, primando pela execução de importantes serviços em prol daquela comunidade, com honestidade e dinamismo.

Vilmar de Andrade, vulgo Bugrão, tem larga experiência na condução dos assuntos daquela laboriosa comunidade, e temos absoluta certeza, fará o máximo para que a qualidade de vida seja a tônica entre os moradores daquela vila.

Esta Casa se associa ao evento e igualmente registra suas congratulações ao nável presidente, extensivo à sua dinâmica diretoria.

Sala das Sessões, em 09.05.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1111

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja

Curitiba, segunda, em 09.05.94

inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, voto de louvor, de congratulações e muito aplauso ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Eletroeletrônicas, Radiotransmissão, Refrigeração, Aquecimento e Tratamento de Ar, Lâmpadas e Aparelhos de Iluminação do Estado do Paraná - SELETROAR, que sob o comando de seu Presidente, Paulo Tupinambá Santos Bastos e 1° vice-Presidente, Wanderley Quaquareni, firmaram Convenção Coletiva de Trabalho com o Sindicato patronal da área. A se destacar a modernidade de tal convenção, que contempla e privilegia os aspectos negociais que devem nortear as relações capital e trabalho! Além das cláusulas salariais e econômicas ela enfatiza, fundamentalmente, comissões bi-partites que atenderão os conflitos eventuais; que negociarão uma possível inflação, com advento do real e ainda de forma inusitada, possíveis acordos com as empresas de micro e pequeno porte, que de alguma maneira não podem atender os termos da Convenção Coletiva e aí poderão firmar acordos em separado com o sindicato! A maturidade revelada nesta negociação, neste importante momento da vida econômica brasileira, retrata a forte liderança que este Sindicato profissional possui e nos garante o sucesso da vida sindical nacional, mercê de dirigentes como estes! Só temos a aplaudir o feito, cumprimentar as partes e desejar sucesso a todos os profissionais que trabalham neste setor. Esta Casa deve manifestar-se, através deste voto de louvor, como forma de engrandecer aqueles que somam esforços em prol do bem comum!

Sala das Sessões, em 09.05.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1112

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor José Carlos Tibúrcio, Digníssimo Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, solicitando a readequação da Estrada do Rio Moinho, no Distrito de Guaragi, Município de Ponta Grossa, através do Programa Paraná Rural, num trecho de 20 km, e que circunda as microbacias do Rio Moinho e Tabuleiro.

Conforme projeto que encontra-se na Secretaria da Agricultura e do Abastecimento, a readequação dessa estrada rural é fundamental na região, amenizando as dificuldades de tráfego que os produtores e seus familiares encontram para deslocarem-se à sede do município, propiciando melhores condições para o escoamento da produção agrícola, trazendo o progresso e a melhoria da situação econômica e financeira

ra dos moradores da região.

Sala das Sessões, em 09.05.94.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO N° 1113

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor José Carlos Tibúrcio, Digníssimo Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, solicitando cascalhamento de 27,5 km de estradas vicinais rurais, no Município de Ipiranga, através do Programa Paraná Rural, beneficiando as comunidades de Três Pontes, Campo Alto, Bom Jesus, Lustosa Capivara, Lustosa Piquete Velho Divino, Lustosa Arroio Grande.

Conforme plano técnico encaminhado anteriormente à Secretaria da Agricultura e do Abastecimento, o cascalhamento é fundamental nessa região visto que, além de ser fator social limitante até mesmo sobre a participação do produtor e sua família com entidades assistenciais da sede e eventos sociais, é fator de produtividade e inversão de capital, atrasos de colheita e aplicações de tecnologia e, também, limitações quanto a alternativas de negociações da produção a preços melhores.

Sala das Sessões, em 09.05.94.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO N° 1114

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor José Carlos Tibúrcio, Digníssimo Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, solicitando a adequação de 16 km de estradas rurais da Microbacia de Lustosa Capivara, Município de Ipiranga, através do Programa Paraná Rural, beneficiando 28 propriedades e mais de 59 produtores.

Conforme projeto que encontra-se na Secretaria de Agricultura e do Abastecimento, a adequação dessa estrada rural é fundamental na região, amenizando as dificuldades de tráfego que os produtores e seus familiares encontram para deslocarem-se à sede do município, propiciando melhores condições para o escoamento da produção agrícola, trazendo o progresso e a melhoria da situação econômica-financeira dos moradores da região.

Sala das Sessões, em 09.05.94.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO N° 1115

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Rolf Koerner Júnior, Digníssimo Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a destinação de agentes encarregados de investigações criminais (detetives) para atuarem junto à Delegacia de Ortigueira.

Sendo um município voltado às atividades agro-pastoris, há um grande número de fazendas, sítios e similares instalados na região.

Entretanto, a Delegacia de Ortigueira está recebendo inúmeras queixas desses proprietários que estão sendo vítimas de pessoas que por incontáveis ocasiões têm adentrado às propriedades cercadas com o intuito de furtar e roubar gado.

Ocorre que, devido ao pequeno número de milicianos lotados nessa delegacia, a agilização de um trabalho mais eficaz torna-se prejudicada.

Sala das Sessões, em 09.05.94.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO N° 1116

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Olivir Gabardo, Digníssimo Secretário de Estado da Educação, solicitando a doação de acervo bibliográfico e material de laboratório para o Colégio Estadual Santa Maria - Ensino de 1° e 2° Graus, de Ponta Grossa.

O acervo bibliográfico e material de laboratório são essenciais para o reconhecimento do curso de 2° grau, implantado há 3 anos.

O Colégio Santa Maria atende dois dos maiores núcleos habitacionais de Ponta Grossa, como: Santa Maria, Santa Marta e as Vilas: Santa Tereza, Jardim Santa Luzia e Maria Otília. Sua clientela é, na maioria, formada por filhos de operários e outros assalariados de baixa renda que correm o risco de terminarem o curso sem que o mesmo possa ser reconhecido oficialmente.

Da decisão do Plenário, requer, ainda, seja dada ciência à direção da escola, na Rua Corruira, s/n° - Núcleo Santa Maria - Ponta Grossa (PR) - CEP 84046-240.

Sala das Sessões, em 09.05.94.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO N° 1101

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente

pg. 06

ao Excelentíssimo Senhor Olivir Gabardo, Secretário de Estado da Educação, solicitando a construção de 02 (duas) salas de aula no Município de Farol.

Trata-se de um município novo, com o constante aumento de estudantes, portanto, tal construção faz-se necessária para suprir a falta de espaço físico.

Sala das Sessões, em 09.05.94.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1102

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Newton Grein, Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, solicitando a liberação de recursos financeiros ao Centro de Atendimento à Infância e ao Adolescente de Corumbataí do Sul.

Tal solicitação se prende ao fato, de esta entidade que presta assistência a crianças de 07 a 14 anos de idade, não ter recebido neste ano, nenhum repasse de verbas para a manutenção desta entidade, que passa atualmente por sérias dificuldades financeiras.

Sala das Sessões, em 09.05.94.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1107

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Secretaria de Estado da Educação, no sentido de providenciar professor de Matemática para a 6.ª série do 1º grau do Colégio Estadual Nossa Senhora Aparecida, localizado no bairro do Xaxim. O pedido está sendo feito pelos pais dos alunos, os quais pedem urgência no atendimento do pedido uma vez que seus filhos estão sendo prejudicados pela falta dessa matéria tão essencial para o ensino.

Sala das Sessões, em 09.05.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1108

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de intensificar o policiamento no bairro Jardim Nova Barigüi - CIC, tendo que em vista na Rua Cid Campelo há muitos bares e à noite a bagunça é total, ocor-

Curitiba, segunda, em 09.05.94

rendo tiroteios freqüentemente. Pedem os moradores do bairro que seu pedido seja atendido o mais breve possível, procurando-se evitar algum acontecimento mais grave.

Sala das Sessões, em 09.05.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1121

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Mauro Goulart, Secretário de Estado da Saúde, solicitando a construção de um Posto de Saúde na localidade Barra do Rio Azul, no Município de Rio Azul.

A presente solicitação, visa estender o atendimento médico, a toda população, principalmente as que residem em locais mais distante da sede do município.

Sala das Sessões, em 09.05.94.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1122

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Olivir Gabardo, Secretário de Estado da Educação, reiterando a solicitação de construção de uma escola de 1º e 2º graus, na área urbana do Município de Prudentópolis.

Tal solicitação se prende ao fato, de que houve no início do ano letivo, problemas quanto ao espaço físico para acomodar a demanda de matrículas do 1º e 2º graus na área urbana do município.

Para atender satisfatoriamente as necessidades estudantis, há necessidade urgente da construção de uma escola com no mínimo 10 (dez) salas de aula e demais dependências.

Sala das Sessões, em 09.05.94.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1123

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expedientes ao Excelentíssimo Senhor Roberto Lobo Blasi, Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, e ao Ilustríssimo Senhor José Carlos Senden Júnior, Mui Digno Superintendente da APPA, solicitando investimentos imediatos, por parte daquela Pasta e Superintendência, no Corredor de Exportação, em Guindastes e no Retro-Porto do Porto de Paranaguá - PR.

Sala das Sessões, em 09.05.94.

(a) LOURENÇO FREGONESE

## JUSTIFICATIVA:

A urgente necessidade de investimentos no complexo portuário de Paranaguá se justifica pela importância deste no cenário econômico nacional. Terceiro maior porto do País e o primeiro em exportação de grãos, o Porto de Paranaguá, administrado pelo Governo do Paraná, carece de injeção de recursos que garantam seu pleno funcionamento e desempenho compatível com sua posição e importância.

Cabe à Secretaria de Transportes e à Superintendência da APPA somar esforços no sentido de garantir investimentos em setores sabidamente fundamentais para a operacionalização do Porto de Paranaguá: o corredor de exportação, a disponibilidade de guindastes em número suficiente e em condições ideais de uso, e a garantia de funcionalidade do retro-porto. Sabem aquelas autoridades, tanto quanto o Parlamentar que solicita os investimentos imediatos nestes três setores, que o Porto de Paranaguá só funciona plenamente e a contento quando tais áreas recebem o atendimento ágil necessário.

Requeiro que do presente sejam enviados expedientes ao Excelentíssimo Senhor Roberto Lobo Blasi, Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, nesta Capital, e ao Ilustríssimo Senhor José Carlos Senden Júnior, Mui Digno Superintendente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA), no Município de Paranaguá.

## REQUERIMENTO N° 1124

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Engenheiro Celso Fernandes Ribeiro, Mui Digno Chefe do 9º Distrito Rodoviário Federal (DNER), órgão vinculado ao Ministério dos Transportes, reivindicando o recapeamento da BR-277, trecho Curitiba-Paranaguá, e a colocação de "olho de gato", em toda a extensão do citado trecho daquela Rodovia Federal.

Sala das Sessões, em 09.05.94.

(a) LOURENÇO FREGONESE

## JUSTIFICATIVA:

A condição em que se encontra o trecho Curitiba-Paranaguá (BR-277), exige providências imediatas por parte do Distrito Rodoviário do DNER no Paraná. O recapeamento asfáltico se faz necessário com a maior urgência em função do escoamento da safra agrícola que se encontra em plena realização. Centenas de caminhões circulam diariamente por aquele trecho, exigindo do órgão competente, o DNER, que os buracos e

outros problemas nas duas pistas, sejam equacionados o mais breve possível, evitando-se a demora nos trâmites burocráticos, pois a segurança de caminhoneiros e motoristas de veículos leves depende de uma rodovia em boas condições de uso.

Tratamos aqui de vidas humanas que poderão ser poupadas caso ambas as pistas estejam com o recapeamento em dia. E à noite, a viagem torna-se muito mais perigosa, pois além das condições precárias do asfalto, a inexistência dos chamados "olhos de gatos" tornam a viagem, literalmente, uma espécie de salto no escuro.

Nesse caso também, para a segurança daqueles que trafegam pela BR-277, no trecho citado, a colocação de "olhos de gatos" é medida que se faz necessária com urgência. A ligação com o Porto de Paranaguá, o primeiro em exportação de grãos, justifica constante atenção às pistas da 277 entre a Capital e Paranaguá.

Requeiro que do presente sejam enviados expedientes ao Ilustríssimo Senhor Engenheiro Celso Ribeiro Fernandes, Mui Digno Chefe do 9º Distrito Rodoviário Federal, Departamento Nacional de Estradas e Rodagem (DNER), nesta Capital.

## REQUERIMENTO N° 1126

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento em frente ao Colégio Estadual Segismundo Falarz, localizado na Vila Hauer, no horário de entrada e saída das aulas. Ocorre que o local é muito movimentado e as crianças não conseguem atravessar a rua com segurança. O pedido está sendo feito pelos pais dos alunos uma vez que eles estão preocupados que possam ocorrer atropelamentos envolvendo as crianças.

Sala das Sessões, em 09.05.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

## REQUERIMENTO N° 1127

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido que a mesma execute reparos na calçada localizada na Rua Engenheiro João Visione, em frente à residência de nº 10 - Jardim Gabinete - CIC. O pedido está sendo feito pela moradora deste endereço tendo em vista que a SANEPAR quebrou a calçada de várias casas, arrumou todas

as outras, porém a sua não foi consertada. Pede que seu pedido seja atendido uma vez que sérios transtornos estão lhe sendo causados.

Sala das Sessões, em 09.05.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1125

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, transcrição nos anais desta Casa de Leis, da matéria publicada na "Gazeta do Povo" no dia 06 de maio do corrente ano, sob o título de "Como desenvolver Matinhos", transcrito pelo Professor da UFPR, Guilherme Lindroth.

Sala das Sessões, em 09.05.94.

(a) LOURENÇO FREGONESE

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 155/94

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica autorizado o Governo do Estado firmar convênio com a Prefeitura Municipal de Curitiba, a fim de construir um viaduto sobre a BR-116, altura da Rua Osmar Raimundo Pichetti, ligando a Vila São Pedro a Vila Ipiranga no bairro do Xaxim.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.05.94

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Faz-se urgente a construção da referida trincheira sobre a BR-116, altura da Rua Osmar Raimundo Pichetti, pois ligará a Vila São Pedro à Vila Ipiranga no bairro do Xaxim, evitando assim os bárbaros atropelamentos que vitimam diariamente inúmeras pessoas.

Esta é, aliás, uma antiga reivindicação daquelas comunidades.

PROJETO DE LEI N° 156/94

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica criado o Programa Estadual de Incentivo à Cultura, vinculado à Secretaria do Estado da Cultura.

Art. 2° - São objetivos do Programa:

I - Incentivar a formação artística e

Curitiba, segunda, em 09.05.94

cultural, mediante instalação e manutenção de atividades, sem fins lucrativos, destinados à formação artístico-cultural;

II - Incentivar a produção cultural e artística, mediante:

a) produção de discos, vídeos, filmes e outras formas de produtos culturais, de natureza fotográfica, vídeo-fonográfica e cinematográfica;

b) edição de obras relativas às letras e às artes;

c) realização de exposições, festivais de arte, espetáculos de arte.

III - Preservar e divulgar o patrimônio cultural do Estado;

IV - Dar apoio a outras atividades culturais, consideradas relevantes pela Secretaria do Estado e da Cultura.

Art. 3° - O Programa contará com os recursos provenientes de:

I - Dotações ou créditos específicos, consignados no orçamento do Estado;

II - Doações e legados;

III - Subvenções e auxílios de entidades de qualquer natureza ou de organismos internacionais;

IV - Percentual e receitas decorrentes de projetos financiados;

V - Recursos de outras fontes.

Art. 4° - No ato do recolhimento do ICMS, deduzido o percentual pertencente aos Municípios, o contribuinte, pessoa física ou jurídica, destinará ao programa previsto no artigo 1°, percentual a ser fixado por Decreto do Governador do Estado.

Art. 5° - Compete ao Conselho Estadual da Cultura, da Secretaria da Cultura do Estado, as seguintes atribuições:

I - Supervisionar a aplicação dos recursos destinados ao Programa;

II - Avaliar e aprovar os projetos culturais a ser incentivados;

III - Acompanhar e fiscalizar a execução dos projetos aprovados;

IV - Expedir orientações, com o objetivo de viabilizar o Programa.

Art. 6° - Os financiamentos, com recursos do Programa, não poderão exceder a 80% (oitenta por cento) do custo total dos projetos culturais, que satisfaça as seguintes condições:

I - Apresentação dos Projetos à Secretaria da Cultura do Estado acompanhados das respectivas planilhas de custos;

II - Comprovação de que o proponente dispõe do montante remanescente para execução do projeto, ou que está habilitado a obter financiamento, de outra fonte devidamente identificada;

III - Aprovação, pelo Conselho Esta-



dual da Cultura.

Art. 7º - O Secretário da Cultura do Estado designará a unidade da pasta que dará apoio ao Programa.

Art. 8º - O Poder Executivo regulamentará esta lei, no prazo 90 (noventa) dias, a contar da data da sua publicação.

Art. 9º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09.05.94

(a) GERALDO CARTÁRIO

#### JUSTIFICATIVA:

Encaminho à deliberação desta Assembléia Legislativa, o incluso Projeto de Lei, que cria o Programa de Incentivo à Cultura.

Entendo ser absolutamente necessária, para o pleno desenvolvimento das atividades artísticas e culturais no Estado do Paraná, a aprovação do presente Programa, que vem a atender às diretrizes escritas no artigo 190 e seguintes da Constituição Estadual, os quais prescrevem o apoio e o incentivo da difusão das manifestações culturais.

#### PROJETO DE LEI Nº 157/94

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a São Carlos Associação de Amparo ao Idoso, com sede e foro na Cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.05.94

(a) RENATO ADUR

#### JUSTIFICATIVA:

A proposta de declaração de Utilidade Pública a esta Associação, vem reconhecer o esforço de uma plêiade de pessoas destinadas a promover atividades filantrópicas, através de assistência social aos idosos e portadores de deficiência mental.

A referida instituição vem prestando relevantes serviços, no tocante ao acolhimento de pessoas idosas rejeitadas pela família, fornecendo-lhes moradia e alimentação, bem como, assistência médica, treinamento aos deficientes físicos, promovendo atividades para que sintam-se melhor com a vida.

Neste sentido, solicitamos aos nobres Pares, o devido apoio e conseqüente aprovação, ao projeto de lei que ora apresentamos.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Pas-

samos ao Horário das Lideranças.

Antes porém esta Presidência registra com satisfação a presença neste plenário do Vereador da Câmara Municipal de Curitiba, Jorge Bernardi.

Horário das Lideranças:

PP, (Declina).

PT, com a palavra o Deputado Dr. Rosinha.

O DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhora

e Senhores Deputados, em mais de um momento eu já disse desta Tribuna que estou aqui com o voto dos trabalhadores, e como trabalhador represento esse segmento da sociedade. E como trabalhador, funcionário público da Prefeitura, eu não posso deixar de registrar o fato que está ocorrendo hoje, inclusive agora em frente a Prefeitura Municipal da Cidade de Curitiba. Os seguranças da guarda-municipal, os vigias da Prefeitura pararam os trabalhos hoje, estão em assembléia discutindo questões salariais. Servidores do Município, no caso esses vigias e guarda-municipal, recebem salários em torno de 100 URVs, salário este muito aquém do que se encontra hoje no mercado. Para se ter uma idéia, os seguranças da Copel percebem salários superiores em torno de 330 a 350 ou 400 URVs; enquanto os da Prefeitura de Curitiba 96, 98, 114 URVs de acordo com o tempo de serviço.

Há um achatamento de salário, violento nos últimos quatro anos e meio houve um acúmulo de perdas salariais de mais de 400%, e toda vez que se procura uma negociação as portas estão fechada e é recebido somente pelo 2º, ou 3º escalão, sem poder de deliberação quando é recebido.

Hoje, na frente da Prefeitura, esses guardas denunciam os baixos salários, pedem que o Coronel que comanda a guarda-municipal, o Coronel Cândido, seja afastado, porque age autoritariamente em relação aos homens da guarda-municipal; e em relação às mulheres tem ainda uma postura machista, como elas mesmo disseram hoje quando são chamadas de burras pelo Coronel Cândido. Dizem elas que quando vão se reunir com ele, ele diz que local delas é na cozinha ao lado, junto com o fogão e não trabalhando na guarda-municipal. Inclusive tenho aqui, um bilhete passado por uma delas colocando a situação em que elas estão.

Dizem elas que é insuportável o trabalho naquelas guaritas da Rua XV. E nós podemos verificar isso quando a DRT, através do Setor de Fiscalização do Trabalho visitou aquele ambiente, que são guaritas de metal que no verão chega a ficar acima de 40º graus, e no inverno fica com temperatura baixíssima porque é de metal, e os guardas que lá permanecem não têm banheiro

para usar, têm que pedir favor nas lojas da Rua XV e esperar a boa vontade dos proprietários daquelas lojas para poder entrar no banheiro e são obrigados a ficar lá durante 24 horas.

Nas guaritas, inclusive nas travessias das ferrovias não tem água, se ele não levar tem que tomar água quente das garrafas que leva ou pedem os favores nas vizinhanças.

Dizem as mulheres, que através do sistema do rádio do carro ele agride-as moralmente, inclusive denunciando um outro dos comandantes, que elas dizem que é o coronel Cardoso, do qual sofrem violento assédio sexual o tempo todo, por parte desse coronel Cardoso da guarda-municipal.

Eles estão lá protestando, pedindo a saída desses dois coronéis e pedindo um salário decente.

Dizem as mulheres que em vários momentos falta com o respeito a elas, inclusive dizendo que o lugar de mulher, senão no fogão, no projeto tudo limpo da prefeitura, que lá sim elas poderiam trabalhar, fazer serviço de mulher, uma vez que na guarda elas não teriam condições para fazer.

Denunciam também que em abril de 93, Adir Lopes Vieira, sofreu um tiro que pegou na coluna, encontra-se hoje paraplégico dentro de casa e quem o sustenta economicamente é a solidariedade dos companheiros de farda que fazem "vaquinha" uma vez que o baixo salário que percebe mal dá para pagar o medicamento que ele compra ou gastar nas fisioterapias que é obrigado a fazer.

Esta é a situação desses guardas e vigilantes municipais. Eles trouxeram também hoje para frente da prefeitura a lista de salários e mostram as diferenças que existem dentro da tropa na maneira de tratar.

Aqueles que são apaniguados, que se colocam sempre ao lado do coronel recebem um salário não superior, o salário é o mesmo, mas recebem outros tipos de gratificações, como perceber hora extra que as vezes nem pagam ou receber descanso semanal remunerado, que é chamado de DSRT que é quando eles fazem plantões, mas mesmo que não vá para o plantão acaba percebendo para poder agir autoritariamente em relação aos demais.

Senhores Deputados esta é a situação da guarda, mas para se ter uma idéia os maiores salários da Prefeitura de Curitiba são os dos médicos.

Eu tenho 14 anos de Prefeitura, 8 horas por dia de salário, estou em licença sem vencimentos.

Salários de 622 URVs, com 14 anos é dos maiores aí dá para se calcular quanto ganha um vigia, quanto ganha um guarda,

quanto ganha uma servente.

Se um profissional médico com 14 anos tem 622 URVs, que é o montante sobre o qual eu pago IPMC, como licenciado sem vencimento, como foi me informado esta semana, quando eu fui lá para pagar e perguntei, sobre o montante eles estavam cobrando.

Quer dizer, após esse longo tempo este é o máximo dos maiores salários da administração pública, isto é após 4 anos e meio, 5 anos de violento arrocho salarial, com mais de 400% de perda salarial.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessutti) - PDT, PMDB, PSDB, PTB, PFL, PT (declinam).

Esta Presidência registra com satisfação a presença, neste plenário, do Vereador da Câmara Municipal de Curitiba, Jorge Bernardi.

Horário das Lideranças.

PP.

(Declina).

PT. Com a palavra, o Deputado Doutor Rosinha.

(Declina).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 49 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei autorizatório de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Esta Presidência informa aos Senhores Deputados que amanhã, dia 10 de maio às 15,30 horas, estará em visita a este Parlamento, o Excelentíssimo Senhor Embaixador do Kuwait, Abdulla Aziz, para o que os Senhores Deputados estão convidados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

#### ITEM 01

#### VOTAÇÃO EM:

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 124/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 036/94, que aprova abertura de

crédito suplementar no valor de CR\$ 2.500.000.000,00 (dois bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros reais) no orçamento da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, conforme especifica. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Em votação.

O SR. DOUTOR ROSINHA (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

De autoria do Poder Executivo, a Mensagem nº 036/94, diz respeito a abertura de crédito suplementar no valor de dois bilhões de quinhentos milhões de cruzeiros reais no orçamento da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano.

Ao analisar as razões colocadas para pedir a aprovação desta suplementação, o Senhor Governador coloca que tal verba será repassada para atender a emergências, as necessidades municipais. E quando vamos analisar o que é publicado no Diário Oficial sobre as verbas do BRDE repassadas a cada município, a gente chega a ficar surpreso com o que lê, para aonde estão indo estas verbas.

Seria mais inteligente e mais esclarecedor se tivéssemos uma maior transparência colocando e já definindo as razões do repasse destas verbas e definir sim o uso dela em prioridades reais de cada município.

Fomos analisar o Diário Oficial do dia 09.03.94, que coloca o atendimento a municípios e entidades objetivando a execução de despesas especificadas. Despesas especificadas - isso é que é publicidade no Diário Oficial. Nós, Deputados que aprovamos uma suplementação, temos que acompanhar de perto a liberação destas verbas.

Então, é necessário que o único órgão a que temos acesso - que é o Diário Oficial - traga, com clareza, onde são investidas as verbas, ou então vamos fazer a informatização da Casa, ligando diretamente a todas as Secretarias para que, através de computador, possamos acompanhar.

Aqui - só para dar exemplo - uma outra: "Solicito autorização para repassar recursos a municípios e entidades objetivando a execução de despesas especificadas". E assim vai. São um, dois, três municípios que somente diz isso.

Um outro - só para dar exemplo - "...assistência a Municípios do Estado do Paraná, a FAMEPAR, repassa verba para viabilização do sub-projeto, estrutura administrativa e regimento interno do sub-programa de desenvolvimento institucional do Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano - PEDU."

Senhores Deputados, os Senhores sabem dizer o que é isso? É uma nomenclatura extensa que não diz absolutamente nada. Para quê este município está recebendo esta

verba? Então, fica difícil para aprovarmos uma verba de suplementação, que o único órgão a que temos acesso para investigar - que é o Diário Oficial - não especifica no que é repassado, no que é atendido os municípios. Em alguns casos esclarece que é para investimento de saúde ou educação, mas cerca de metade dos municípios que percebem a verba do PEDU não especificam as razões.

Por este motivo a Bancada do PT vota contrário.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação o Projeto nº 124/94.

Aprovado, artigo por artigo.

#### ITEM 02

##### VOTAÇÃO EM

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 126/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 032/94, que cria dois cargos de Marinheiro Fluvial de Convés e um de Marinheiro Fluvial de Máquinas - Universidade de Maringá. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

#### ITEM 03

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 260/93, de autoria do Deputado Edson Silva Lino, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no Município de Bom Sucesso - PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 77/93, de 15.06.93).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 260/93

##### P A R E C E R:

De autoria do Deputado Edson Silva Lino, o Projeto de Lei nº 260/93, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no Município de Bom Sucesso - PR.

Da análise do referido projeto, em razão do mesmo atender às exigências da Lei nº 6.994/78, opinamos favoravelmente.

Sala das Comissões, em 03.05.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
JOSE ARTHUR RITTI - Relator

#### ITEM 04

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 392/93, de autoria do Deputado Nereu Moura, que declara de Utilidade Pública a Associação das Crianças e Adolescentes de Clevelândia, com sede e foro naquele município. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 108/93, de 11.08.93).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 392/93

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Nereu Moura, o Projeto de Lei nº 392/93, que visa declarar de Utilidade Pública a Associação das Crianças e Adolescentes - ACAC, do Município de Clevelândia, atende às exigências contidas na Lei Estadual nº 6.994/78 e, portanto, somos de parecer favorável à aprovação do mesmo.

Do ponto de vista regimental e constitucional, o mencionado projeto de lei nada tem que impeça sua normal tramitação e posterior aprovação por parte deste Poder Legislativo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.05.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ARLINDO TROIAN - Relator

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 630/93, de autoria do Deputado Alceu Swarowski, que autoriza o Poder Executivo a criar o Conselho Escolar e estabelece outras providências. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.E.C.E.. SUBSTITUTIVO GERAL DA C.E.C.E.. (Publ. no D.A. nº 147/93, de 25.10.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 630/93

P A R E C E R:

O Projeto de Lei nº 630/93 de autoria do Deputado Alceu Swarowski, que autoriza o Poder Executivo a criar o Conselho Escolar, e estabelece outras providências.

Nos termos estritos da competência desta Comissão de Constituição e Justiça, não existem óbices de natureza constitucional, regimental ou legal à normal tramitação da matéria e sua aprovação pelo Plenário, contudo, há que se ressaltar que o referido projeto é uma mera transcrição da Resolução nº 2.000/91 da SEED, especialmente no capítulo III, padecendo de critérios objetivos, no sentido de propiciar que cada comunidade escolar tenha o direito de reger sua própria conduta, em condições de ser apreciado pelo Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.12.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

PAULO MAIA - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
PROJETO DE LEI Nº 630/93

P A R E C E R:

A proposição em tela autoriza o Poder Executivo criar o Conselho Escolar, bem como estabelece outras providências.

A análise da presente, de acordo com a competência desta Comissão de mérito, vem demonstrar a ausência de instrumentos dinâmicos e democráticos, afetos ao cotidia-

Curitiba, segunda, em 09.05.94.

no escolar, que devem garantir os princípios gerais de uma educação qualitativa.

Há que se ressaltar, que as matérias pertinentes à Educação são passíveis de alterações produzidas no movimento histórico pela própria sociedade, e no ritmo que esse movimento possa imprimir. Daí não ser recomendável o engessamento da Educação, em seus níveis de administração e organização didática, conforme propositura em exame.

Por conseguinte, apresentamos, em anexo, um Substitutivo, que além de observar o processo de elaboração coletiva da organização do espaço escolar, está em conformidade com a normatização do sistema de ensino vigente.

Sala das Comissões, em 03.03.94.

(aa) EMILIA BELINATI - Presidente

DOUTOR ROSINHA - Relator

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 630/93

P A R E C E R:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a criar, nos estabelecimentos pertencentes à rede pública estadual, Conselho Escolar, nos termos desta lei.

Art. 2º - O Conselho Escolar é um órgão colegiado de direção de natureza deliberativa, consultiva e fiscal, cuja principal atribuição é estabelecer o projeto político pedagógico da escola, nos limites da legislação em vigor e compatível com as diretrizes e política educacional traçadas pela Secretaria de Estado da Educação.

Art. 3º - O Conselho Escolar terá por finalidade promover a articulação entre a escola e os vários segmentos organizados da sociedade, a fim de garantir o caráter social e público da instituição escolar.

Art. 4º - O Conselho Escolar será o órgão máximo de direção da escola e deverá ser constituído de acordo com o princípio da representatividade, permitindo que todos os segmentos que compõem a comunidade escolar nele tenham voz e voto.

Parágrafo Único - Poderão participar do Conselho Escolar, representantes dos segmentos organizados da sociedade comprometidos com a escola pública, não devendo sua representação ultrapassar o limite de 1/5 (um quinto) do número total de membros do colegiado.

Art. 5º - Os membros do Conselho Escolar, e respectivos suplentes, serão indicados por seus pares.

Parágrafo Único - Os representantes dos segmentos organizados da sociedade se-

rão escolhidos em conformidade com os respectivos estatutos.

Art. 6º - A presidência do Conselho Escolar será exercida pelo diretor do estabelecimento de ensino que, na qualidade de dirigente do projeto político-pedagógico da escola, será membro-nato do mesmo.

Art. 7º - Os membros do Conselho não receberão qualquer tipo de remuneração, nem essa condição gerará, por si, qualquer vínculo empregatício com o Estado.

Art. 8º - Cada estabelecimento de ensino estabelecerá a organização, atribuições e funcionamento de seu Conselho Escolar, fazendo-os constar do Regimento Escolar próprio.

Art. 9º - O Poder Executivo regulamentará o disposto na presente lei no prazo de 60 (sessenta) dias, observadas as normas próprias do órgão normativo competente.

Art. 10 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 03.03.94.

(aa) EMILIA BELINATI - Presidente

DOUTOR ROSINHA - Relator

#### JUSTIFICATIVA:

A educação, dada a sua magna importância, deve ser tratada com a máxima atenção.

Qualquer projeto que ambicione liberar a sociedade brasileira dos estigmas do atraso e da miséria passa, indubitavelmente, por esta questão central.

Logo, ela não pode ser estanque, deve acompanhar o desenvolvimento social, político, econômico, sendo dinâmica o suficiente para produzir alterações, moldar-se aos anseios sociais e provocar mudanças qualitativas, bem como implementá-las. Assim, não é recomendável que se permita engessar a educação, em seus níveis de administração e organização didática, que são questões afetas ao cotidiano escolar e, portanto, indicadas pelo coletivo dessa instituição, em prescrições que apresentem o poder e o caráter decisório das leis, como quer o Projeto de Lei nº 630/93.

Por tudo isso, apresentamos este substitutivo, que atende não só os anseios do corpo do magistério paranaense, representado aqui pelo Conselho Estadual de Educação, como também está em consonância com as normas gerais educacionais, e, principalmente, porque está em perfeita sintonia com os objetivos educacionais acolhidos pela Constituição Federal, concernentes ao pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, dentro de um pro-

cesso de elaboração coletiva da organização do espaço escolar.

Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., emenda de Plenário com PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Educação e Substitutivo Geral da Comissão de Educação.

Lembramos os Senhores Deputados que estando o projeto em 1ª Discussão, votaremos só o projeto nesta fase.

Em discussão. Em votação. **Aprovado.**

#### ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 638/93, de autoria do Deputado Arlindo Troian, que declara de Utilidade Pública de acordo com a Lei nº 6.994, de 10 de janeiro de 1978, o Instituto de Recuperação Pedagógico - Ensino Especial, com sede e foro na Cidade de Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 151 de 28.10.93).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI Nº 638/93

#### P A R E C E R:

De autoria do Deputado Arlindo Troian, o Projeto de Lei nº 638/93, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública de acordo com a Lei nº 6.994 de 10 de janeiro de 1978, o Instituto de Recuperação Pedagógico - Ensino Especial, com sede e foro na Cidade de Curitiba.

Da análise do referido projeto não encontrando nenhum óbice de natureza constitucional, regimental ou legal, opinamos favoravelmente.

Sala das Comissões, em 03.05.94

(aa) ERONDY SILVEIRO - Presidente

JOSÉ ARTHUR RITTI - Relator

#### ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 020/94, de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato, que autoriza a Secretaria de Estado de Educação, a implantar o ensino de 2º Grau, no Distrito de São Lourenço, Município de Cianorte. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.E.C.E.. **Aprovado. (Publ. no D. A. nº 05 de 21.02.94).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI Nº 020/94

#### P A R E C E R:

De autoria do Deputado Dirceu Manfrinato, o Projeto de Lei nº 020/94, que autoriza a Secretaria de Educação a implantar o ensino de 2º grau, no Distrito de São Lourenço, Município de Cianorte.

Nos termos estritos da competência desta Comissão de Constituição e Justiça não existem óbices de natureza constitucional, regimental ou legal a normal tramitação da matéria e sua aprovação pelo Plenário.

S.m.j., é o parecer.

Sala das Comissões, em 08.03.94

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

PAULO MAIA - Relator

#### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Projeto de Lei nº 020/94

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Dirceu Manfrinato chega a esta Comissão o projeto de lei em epígrafe, que autoriza a Secretaria de Educação a implantar o ensino de 2º Grau no Distrito de São Lourenço, no Município de Cianorte.

Tendo sido submetido à análise da douta Comissão de Constituição e Justiça o mesmo recebeu parecer favorável.

No âmbito de atuação desta Comissão o presente não incide em qualquer óbice para sua aprovação, pelo contrário, atende às maiores aspirações do Estado que é a de proporcionar estudo ao maior número de pessoas possível.

Nestas condições, opinamos favoravelmente à tramitação e posterior aprovação do projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.05.94

(aa) EMILIA BELINATI - Presidente

ÉLIO RUSCH - Relator

#### ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 087/94, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública o PROVOPAR - Ação Social de Porto Vitória, Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. SUBSTITUTIVO GERAL da C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 22 de 21.03.94).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 087/94

P A R E C E R:

O presente projeto de lei de autoria do nobre Deputado Anibal Khury, objetiva declarar de Utilidade Pública o PROVOPAR - Ação Social do Município de Porto Vitória - Paraná.

Apresentado inicialmente teve falha na sua formulação, sendo no entanto, substituído por Emenda Substitutiva Geral, no qual contam com o apoio de diversos Parlamentares.

Inexistentes quaisquer óbices constitucionais, legais ou regimentais, somos pela sua aprovação, na forma do Substitutivo Geral.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.05.94

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

NELSON GARCIA - Relator

Curitiba, segunda, em 09.05.94

PROJETO DE LEI Nº 087/94

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o PROVOPAR - Ação Social de Porto Vitória, com sede em Porto Vitória e foro em União da Vitória.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.04.94

(a) ANIBAL KHURY

Apoio: Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Carlos Alborghetti, Toti Colaço.

#### ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 102/94, de autoria do Deputado Toti Colaço, que reconhece a Associação dos Municípios do Paraná como entidade representativa da Administração Municipal, para efeitos de integrar órgãos colegiados estaduais e firmar convênio. COM PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 30 de 29.03.94).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 102/94

P A R E C E R:

Analisando o Projeto de Lei nº 102/94, de autoria do nobre Parlamentar Deputado Toti Colaço, o mesmo tem como finalidade reconhecer a Associação dos Municípios do Paraná, já declarada de Utilidade Pública Estadual, como a entidade representativa da Administração Pública Municipal, para efeitos de integrar Órgãos Colegiados Estaduais e firmar convênios.

O mesmo encontra-se de conformidade com as técnicas legislativas, motivo pelo qual não encontramos qualquer óbice que impeça sua normal tramitação até final deliberação pelo douto e soberano Plenário.

Recebe, portanto, desta Comissão de Constituição e Justiça o parecer favorável.

É o relatório.

Sala das Comissões, em 03.05.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

#### ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 117/94, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede no Município de Cruz Machado. COM PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 36, de 07.04.94).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

## PROJETO DE LEI N° 117/94

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Valdir Rossoni, o Projeto de Lei n° 117/94, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede no Município de Cruz Machado, atende as exigências contidas na Lei n° 6994/78.

Somos de parecer favorável ao mesmo e do ponto de vista regimental e constitucional, nada impede que o mencionado projeto de lei tenha sua normal tramitação e posterior aprovação por parte deste Poder Legislativo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.05.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
ARLINDO TROIAN - Relator

## ITEM 11

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 119/94, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que declara de Utilidade Pública a APAE de Nova Prata do Iguaçu. COM PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A n° 38/94, de 11.04.94)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 119/94

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Caíto Quintana, o Projeto de Lei n° 119/94, que visa declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Nova Prata do Iguaçu, com sede e foro no mesmo município, encontra-se em consonância com as exigências contidas na Lei n° 6994/78 e, portanto, somos de parecer favorável ao mesmo.

Do ponto de vista regimental e constitucional, o mencionado projeto de lei nada possui que impeça sua normal tramitação e posterior aprovação por este Poder Legislativo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.05.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
ARLINDO TROIAN - Relator

## ITEM 12

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 127/94, de autoria do Deputado Renato Adur, que declara de Utilidade Pública a Associação de Mulheres do Conjunto Ilha Bela, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado (Publ. no D.A. n° 41/94, de 18.04.94)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 127/94

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Renato Adur, o Projeto de Lei n° 127/94, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Associação de Mulheres do Conjunto Ilha Bela,

com sede e foro nesta Capital.

Da análise do referido projeto, em razão do mesmo atender às exigências da Lei n° 6.994/78, opinamos favoravelmente.

Sala das Comissões, em 03.05.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
NILTON BARBOSA - Relator

O SR. MÁRIO BEZERRA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, Senhores Deputados, sô quero justificar a ausência do Deputado Colombino Grassano. A família está em luto porque faleceu a irmã do Deputado, a Senhora Helena Grassano, portanto, era esse o motivo de levantarmos a questão.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência recebe a justificativa da falta do Deputado Colombino Grassano e soma-se a Vossa Excelência, e em nome deste Poder, transmite ao Deputado Colombino Grassano e a toda sua família os votos de pesar pelo falecimento da irmã do nobre Deputado.

Sobre a mesa, Requerimentos n°s 1101 a 1103, 1121 e 1122, de autoria do Senhor Deputado Toti Colago, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1107 a 1111, 1126 e 1127, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1112 a 1116, de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n° 1119 e 1120, de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1123 e 1124, de autoria do Senhor Deputado Lourenço Fregonese, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1125, de autoria do Senhor Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente. Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento n° 1128, de autoria dos Senhores Deputados Algaci Túlio e Emilia Belinati, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1093, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 10, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:



DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições n.ºs: 089, 095, 105 e 116/93; 015, 018 e 029/94.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs: 260, 392, 630 e 638/93; 020, 087, 102, 117, 119 e 127/94.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs: 206/92, 341/93, 044, 133, 134, 135, 137 e 139/94.

Levanta-se a sessão.

#### Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO LOURENÇO FREGONESE, EM SESSÃO DO DIA 09 DE MAIO DE 1994.

#### "COMO DESENVOLVER MATINHOS"

Guilherme Lindroth

Pela terceira vez o calçadão de Matinhos é destruído.

Na primeira, pelos próprios moradores que escutaram a voz de inconseqüentes opositores do então prefeito.

Nas outras duas, pelo mar que não suporta obras mal feitas.

Haverá uma nova reconstrução?

Tenho lido e escutado coisas estranhas, tais como "desapropriar a área e deixar que o mar retome o que é seu e os homens invadiram".

Ora, se pensarmos assim, como alguns ecopenteloucos (ecologista chato e ainda por cima meio pirado) deveremos desapropriar todas as terras do planeta, pois elas um dia já foram do mar.

O que devemos é pensar, lucidamente, como aproveitar um limão para fazer uma limonada.

O litoral do Paraná, cada vez mais, sofre com o descaso dos diversos desgovernos que temos tido.

Quando o mundo todo investe no turismo, nós, do Paraná, o desprezamos.

Já escutei de hoteleiro conceituado, que se diz entender do ramo, que o litoral do Paraná não se presta para a construção de hotel cinco estrelas devido ao clima.

Pelo que tenho visto no mundo, a infra-estrutura turística e principalmente o hotel, é que fazem o clima.

Os povos ricos, aqueles do hemisfério norte, não suportam altas temperaturas por muito tempo. Eles querem conforto, e muita, muita mordomia.

Ótimas acomodações, quadras de tênis, campos de golfe, comida variada, de alta qualidade, farta e por que não, barata, além de piscinas térmicas, muito lazer e muito não fazer.

Nada disso temos no litoral do Paraná.

Curitiba, segunda, em 09.05.94

Interessante notar que o litoral, tanto de São Paulo como de Santa Catarina, com características climáticas parecidas com as nossas, têm uma infra-estrutura hoteleira de primeiro mundo, com muitos hotéis cinco estrelas.

Se lá funciona, por que aqui não?

Voltando ao caso de Matinhos, e ao nosso litoral (que é o segundo menor do Brasil, pois só perde do Piauí), por que, em lugar de desapropriar a área próxima ao calçadão de Matinhos não se negocia com os proprietários dos terrenos das, digamos, quatro quadras junto ao mar, para que os vendam a um grupo hoteleiro grande, de gabarito internacional, para a construção de um super-hotel?

Não é muito mais racional do que simplesmente desapropriar a área para deixar que o mar a retome, ou construir uma avenida atlântica, o que é outra asneira?

O governo, tanto Municipal quanto Estadual, gastaria muito menos. Estaria com as obras de proteção e por que não, a construção de uma Marina? Ou pelo menos com os diques?

E por que não tentar incentivar a iniciativa privada nessa empreitada, dando incentivos fiscais, por exemplo?

O desânimo toma conta de mim, quando vejo gastarem fortunas em Centros de Animação, que ninguém sabe para que serve, ou em conversa eleitoreira, e nada, mas nada fazem de concreto para o desenvolvimento não só de Matinhos, mas de todo o litoral do Paraná.

(Guilherme Lindroth, Professor da UFPR)

#### Ato da Comissão Executiva:

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

R E S O L V E:

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N.º 084/94

exonerar, a pedido, Luiz Fernando Tátara Ribas, do cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenador da Coordenadoria do Cerimonial, da Diretoria de Serviços Especiais, a partir de 1.º de abril de 1994.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N.º 085/94

I - exonerar, a pedido, Sônia Maria Jungbluth, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Anibal Khury, a partir de 1.º de abril de 1994;

II - prover, Ceres Regina Khury, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Anibal Khury, a partir de 1.º de abril de 1994.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N.º 086/94

exonerar, a pedido, os funcionários abaixo relacionados, todos ocupantes de cargos em



Comissão, a partir de 1º de abril de 1994, junto aos Gabinetes dos Senhores Deputados, conforme especifica:

Deputado LUIZ HENRIQUE BONA TURRA

DAS-5: Rui Figueiredo Pereira  
3-G: Jaques Mário Brand  
2-G: Rafael Stadnick  
1-G: Everson Bressan da Silva  
1-G: Alessandra Emmanuella Rodrigues  
1-G: Yara Silva Pereira  
1-G: Lurdes Maria Friedrich  
1-G: Carlos Luiz de Carvalho

Deputado OSWALDO TREVISAN

DAS-5: Lia Marisa de Lacerda Trevisan  
3-G: Otília Mussi Bernardo  
2-G: Luiza Isolani Silva  
2-G: Rogério Lacerda Azzolini  
1-G: Fabíola Roberti Coneglian  
1-G: Luiz Herrera  
1-G: Cláudio Trombini Bernardo

Deputado EURIDES MOURA

3-G: Maria Aparecida Rodrigues Pinto  
2-G: Rosamaria Megias Ligmanovski  
2-G: Mário Tetsunori Utiyama  
2-G: Valter Luiz Duarte  
1-G: João Ernesto Johnny Lehmann

Deputado VALDERI VILELA

DAS-5: Aparecida de Lourdes Ferreira Cesco  
3-G: Fernando Ricardo Santin  
2-G: Marilda Efigênio Santiago  
1-G: Flávio Furlaneto Quintanilha  
1-G: Elbir José Rodrigues Dias  
1-G: Adelina Sáfes Ziemer  
1-G: Paulo Fernando Braghini  
1-G: Maria Aparecida Montini

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA nº 087/94  
exonerar, a pedido, os funcionários abaixo relacionados, todos ocupantes de cargos em Comissão, a partir de 1º de abril de 1994, junto a Administração deste Poder, conforme especifica:

Deputado LUIZ HENRIQUE BONA TURRA

3-G: Eunice de Lourdes Ferreira

Deputado OSWALDO TREVISAN

1-G: Antônio Pinesso  
2-G: Nelson Paulino Leite

Deputado EURIDES MOURA

2-G: Helim Teologides Rocha  
1-G: Arlinda Maria Mora

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA nº 088/94  
exonerar, a pedido, Wilson Portes, do cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Diretor Adjunto da Diretoria Administrativa, a partir de 1º de abril de 1994.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA nº 089/94

I - exonerar, a pedido, Manoel Pinto de Mendonça, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo, a partir de 1º de abril de 1994;

II - prover, Leandro Zanetti, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo, a partir de 1º de abril de 1994.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA nº 090/94

I - exonerar, a pedido, Jucileide Peniana de Souza Lima da Silva, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Dirceu Manfrinato, a partir de 1º de abril de 1994;

II - prover, Euler Gonçalves, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Dirceu Manfrinato, a partir de 1º de abril de 1994.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA nº 091/94

I - exonerar, a pedido, Lariesda Sfair, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Paulo Maia, a partir de 1º de abril de 1994;

II - prover, Paulo César Garcia, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Paulo Maia, a partir de 1º de abril de 1994.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA nº 092/94

prover, Marco Aurélio da Rocha Guimarães, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Anibal Khury, a partir de 1º de abril de 1994.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA nº 093/94

I - exonerar, a pedido, Mari Paulina Franco Ferreira Pinto, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Arlindo Troian, a partir de 1º de abril de 1994;

II - exonerar, a pedido, Francisco Martins Loureiro, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Arlindo Troian, a partir de 1º de abril de 1994;

III - exonerar, a pedido, Maria Brígida Ricci, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Arlindo Troian, a partir de 1º de abril de 1994;

IV - exonerar, a pedido, Carmem Rosires dos Santos Vogas, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Arlindo Troian, a partir de 1º de abril de 1994;

V - prover, Daniel Miguel, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Arlindo Troian, a partir de 1º de abril de 1994;

VI - autorizar Daniel Miguel, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por

cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1º de abril de 1994, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970;

VII - prover, Cláudio Tadeu dos Santos, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Arlindo Trojan, a partir de 1º de abril de 1994;

VIII - prover, José Jesuino de Souza, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Arlindo Trojan, a partir de 1º de abril de 1994;

IX - prover, Messias Souza Santos, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Arlindo Trojan, a partir de 1º de abril de 1994.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 094/94  
exonerar, a pedido, Erasmo Garanhão, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, da Administração deste Poder, a partir de 1º de abril de 1994.

(Prot. nº 2702)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 095/94  
I - prover, Mauro Pazini, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, da Administração deste Poder, a partir de 1º de abril de 1994;

II - prover, José Decínio Cataneo, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, da Administração deste Poder, a partir de 1º de abril de 1994.

(Prot. nº 2792)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 096/94  
I - exonerar, a pedido, Roney Mailu de Lazzari, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete da Liderança do PFL, a partir de 1º de abril de 1994;

II - prover, Arnaldo Donizete Garcia Coneglian, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete da Liderança do PFL, a partir de 1º de abril de 1994.

(Prot. nº 2858)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 097/94  
exonerar, a pedido, José Augusto Carneiro Andrade, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Dalton Machuca, a partir de 1º de abril de 1994.

(Prot. nº 2887)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 098/94  
exonerar, a pedido, nos termos do art. 124, inciso I, da Lei nº 6174/70, Eurico Harald Schoenardie, matrícula nº 132, ocupante do cargo de Consultor Técnico "B"-NU-3, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, a partir de 1º de abril de 1994.

(Prot. nº 1450)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 01.04.94.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 099/94

I - exonerar, a pedido, Adiles Beraldin Martins, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do Partido Progressista - PP, a partir de 1º de abril de 1994;

II - prover, Gianna de Almeida Coelho, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do Partido Progressista - PP, a partir de 1º de abril de 1994;

III - exonerar, a pedido, Wilson Joel Leal Gasino, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Neivo Beraldin, a partir de 1º de abril de 1994;

IV - prover, Wilson Joel Leal Gasino, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Neivo Beraldin, a partir de 1º de abril de 1994;

V - prover, Adiles Beraldin Martins, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Neivo Beraldin, a partir de 1º de abril de 1994.

(Prot. nº 2930)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 100/94

I - exonerar, a pedido, Rosângela Aparecida Faria de Paula, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do BPI - Bloco Parlamentar Independente, a partir de 1º de abril de 1994;

II - prover, Maria Rodrigues Abelha Botaro, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do BPI - Bloco Parlamentar Independente, a partir de 1º de abril de 1994.

(Prot. nº 3016)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 101/94

I - exonerar, a pedido, Wagner de Carvalho Pereira, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Luiz Antonio Setti, a partir de 1º de abril de 1994;

II - prover, Dinah Lunardelli Salomon, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Luiz Antonio Setti, a partir de 1º de abril de 1994.

(Prot. nº 3032)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 102/94

I - exonerar, a pedido, Luci Aparecida Baptista Pacheco, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Neivo Beraldin, a partir de 1º de abril de 1994;

II - exonerar, a pedido, Marvânia Zap Barreto, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Neivo Beraldin, a partir de 1º de abril de 1994;

III - prover, Marvânia Zap Barreto, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Neivo Beraldin, a partir de 1º de abril de 1994.

(Prot. nº 3055)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 05.04.94.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 103/94

I - exonerar, a pedido, Marcelo Henrique Ribeiro dos Reis, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do Partido Progressista - PP, a partir de 1º de abril de 1994;

II - prover, Roberto Massignan Filho, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do Partido Progressista - PP, a partir de 1º de abril de 1994.

(Prot. nº 3222)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 07.04.94.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 104/94

I - exonerar, a pedido, Ana Beatriz Tiemi Kawakami, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PFL, a partir de 1º de abril de 1994;

II - prover, Daniel Sutil de Oliveira, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PFL, a partir de 1º de abril de 1994.

(Prot. nº 3267)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 105/94

exonerar, a pedido, Adair Perpétua Gomes, do cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado José Arthur Ritti, a partir de 1º de abril de 1994.

(Prot. nº 3271)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 106/94

I - exonerar, a pedido, Antônio Carlos Almeida França Satyro, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Dalton Machuca, a partir de 1º de abril de 1994;

II - prover, Antônio Carlos Almeida França Satyro, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Dalton Machuca, a partir de 1º de abril de 1994;

III - autorizar, Antônio Carlos Almeida França Satyro, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1º de abril de 1994, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970;

IV - exonerar, a pedido, Anna Maria Solms, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Dalton Machuca, a partir de 1º de abril de 1994;

V - exonerar, a pedido, Mari Aparecida Alves da Silva, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Dalton Machuca, a partir de 1º de abril de 1994;

VI - prover, Mari Aparecida Alves da Silva, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Dalton Machuca, a partir de 1º de abril de 1994;

VII - exonerar, a pedido, Cláudia

Farhat Andrade, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Dalton Machuca, a partir de 1º de abril de 1994;

VIII - prover, Cláudia Farhat de Andrade, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Dalton Machuca, a partir de 1º de abril de 1994.

(Prot. nº 3300)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 11.04.94.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 107/94

CONSIDERANDO - o infausto passamento do Senhor José Alves dos Santos, atualmente exercendo o mandato de Deputado Estadual, junto a este Poder Legislativo;

CONSIDERANDO - a importância das contribuições prestadas a Cidade de Maringá e ao Estado do Paraná, em vida;

CONSIDERANDO - que essa ocorrência representa uma perda irreparável para o Estado e para a sociedade paranaense, dada a sua promissora carreira como homem público, sempre voltado para as aspirações da comunidade, tendo o falecimento ocorrido em data de 12 de abril de 1994, nesta cidade;

R E S O L V E:

Artigo Único - A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, guardará luto oficial por 03 (três) dias, a contar desta data, como expressão de pesar pelo falecimento do ilustre Senhor José Alves dos Santos.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 108/94

I - exonerar, a pedido, Alice Brasil Gomes, do cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Toti Colaço, a partir de 1º de abril de 1994;

II - prover, Ivanna Munhoz Máximo, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Toti Colaço, a partir de 1º de abril de 1994.

(Prot. nº 3355)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 109/94

I - exonerar, a pedido, Edson Almir Duarte, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 1º de abril de 1994;

II - prover, Sandra Mara Duarte, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 1º de abril de 1994.

(Prot. nº 3426)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 12.04.94.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 110/94

I - exonerar, a pedido, Janafna Izar Abage, do cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado José Tavares, a partir de 1º de abril de 1994;

II - prover, Janafna Izar Abage, para

exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado José Tavares, a partir de 1º de abril de 1994;

III - prover, Maria Rute Rosa do Amaral, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado José Tavares, a partir de 1º de abril de 1994.

(Prot. n° 3480)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 111/94

I - exonerar, a pedido, Albani Kloss, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Heinz Georg Herwig, a partir de 1º de abril de 1994;

II - exonerar, a pedido, Victor Volpi Júnior, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Heinz Georg Herwig, a partir de 1º de abril de 1994;

III - prover, Victor Volpi Júnior, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Heinz Georg Herwig, a partir de 1º de abril de 1994;

IV - autorizar, Victor Volpi Júnior, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1º de maio de 1994, de acordo com o Art. 177, da Lei n° 6174, de 16 de novembro de 1970;

V - prover, Albani Kloss, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Heinz Georg Herwig, a partir de 1º de abril de 1994.

(Prot. n° 3489)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 13.04.94.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 112/94

exonerar, a pedido, Edino Uemura, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Eurides Moura, a partir de 20 de abril de 1994.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 20.04.94.

(aa) ORLANDO PESSUTI - Presidente

ANIBAL KHURY - 1º Secretário

DIRCEU MANFRINATO - 2º Secretário